

## **INOVAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CAMINHO POSSÍVEL**

**SUZANNE ÉRICA NÓBREGA CORREIA**  
UFCG / UAAC, Brasil  
suzanne.enc@gmail.com

**VERONICA MACÁRIO DE OLIVEIRA**  
UFCG / UAAC, Brasil  
veronicamacario@gmail.com

**MARIA JOSÉ FEITOSA**  
UFRPE / UAST, Brasil  
mjsfeitosa@gmail.com

**CARLA REGINA PASA GOMÉZ**  
UFPE / PROPAD, Brasil  
carlapasagomez@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho parte do pressuposto de que a inovação social ajuda a compreender, ilustrar, e, materializar ações coletivas para se atingir o desenvolvimento sustentável, tornando-se, portanto, necessário dispor de mecanismos que possibilitem investigar as relações estabelecidas entre as iniciativas de inovação social e a promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, Mehmood e Parra (2013) propuseram um modelo que busca vincular as características fundamentais da inovação social (satisfação das necessidades humanas; mudança nas relações sociais; capacidade sociopolítica; e, governança) com as dimensões do desenvolvimento sustentável (vulnerabilidade social; sustentabilidade ambiental; viabilidade econômica). Assim, este artigo tem como objetivo analisar como iniciativas de inovação social promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural, nos programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável, através da aplicação do modelo de Mehmood e Parra (2013). Para tanto, realizou-se um estudo de caso descritivo e exploratório, com realização de entrevistas semiestruturadas junto a gestores do programa supracitado. Os resultados alcançados apontam que na vulnerabilidade social, as necessidades sociais são caracterizadas pela implementação das cisternas, o que satisfaz as necessidades de água para o consumo humano e o plantio, além de ampliar o fortalecimento da sociedade civil, através da articulação dos agricultores em forma de associações e à diminuição do assistencialismo governamental; quanto à viabilidade econômica, a iniciativa investigada proporciona melhoria significativa na renda familiar, através da venda dos produtos cultivados e possibilita sua participação em representações sociais e em feiras agroecológicas; na sustentabilidade ambiental, os resultados demonstraram que o foco é melhorar a qualidade alimentar dos agricultores e despertar seus interesses para práticas ambientais, através da produção de sementes limpas (sem agrotóxicos) e da preocupação do uso do solo. Dessa forma, conclui-se que as características da inovação social desenvolvidas pelo CECOR estão relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável no nível local.

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática do desenvolvimento sustentável tem sido enfrentada e discutida em diferentes perspectivas contemplando, total ou parcialmente, os aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados à sobrevivência das sociedades. Por isso, pesquisadores têm se debruçado para compreender e propor novas formas de organização de empresas, comunidades, sociedades que contemplem as mudanças impostas pelas atuais dinâmicas ambientais, sociais e de mercado.

A ambivalência que circunda o desenvolvimento sustentável está relacionada a superação do paradigma desenvolvimentista unilateral, concentrando suas ações em prol de um desenvolvimento endógeno no qual a comunidade se insere em práticas democráticas e participativas, capazes de alavancar o bem estar, as condições de vida e, e aumentar a renda da população.

O Relatório de Brundtland trouxe à tona a necessidade de se integrar a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico e à justiça social como um pacto geracional. Assim, a proposta de valor do desenvolvimento integrado busca satisfazer a necessidade de gerar simetria e equilibrar as perspectivas do crescimento econômico, da preservação do meio ambiente (sustentabilidade) e da justiça social (equidade) (Koroneos & Rokos, 2012).

É inegável que o crescimento econômico contribui para o desenvolvimento social, político e cultural das localidades, portanto é preciso reconhecer a necessidade de proteção da natureza e gerar iniciativas e ações a nível local, regional, nacional e global. Na mesma direção, a dimensão social adere a integração da economia com vistas a garantir o impacto das atividades atuais sobre as gerações futuras, principalmente por reconhecer que o bem-estar humano é construído além da melhoria e crescimento da renda. E por fim, não menos desconecta está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício de gerações futuras (Sepulveda *et al.*, 2002). Nessa direção assume-se que o desenvolvimento integrado exige o envolvimento de todos os *stakeholders* da sociedade (Koroneos & Rokos, 2012) para sua efetivação.

E é por isso, que a efetivação do desenvolvimento sustentável requer planejamento e, principalmente, monitoramento das situações e contextos específicos através de metodologias de análises adequadas e confiáveis para que se possa minimizar as chances de se obter resultados não desejados. Para tanto, é preciso delinear um processo composto por um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos; os quais atuarão por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, reforçando um sentimento de corresponsabilidade e, de constituição de valores éticos (Jacobi, 2003).

Tal processo é caracterizado como uma construção social do desenvolvimento que incita a sociedade civil a trocar experiências, mudar comportamentos e gerar soluções na busca de um caminho com condições de vida mais dignas para a humanidade. O entendimento de que é necessário buscar investimentos para uma mudança social é o início do reconhecimento de que os desafios futuros podem ser identificados e que podem ser implementadas soluções para enfrentá-los.

Surge, então, a inovação social, entendida como um processo de transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da ruptura com as normas vigentes, com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos (Diogo, 2010). Isto é, a inovação social surge como uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, implicando, pois, uma mudança clara, criativa e significativa, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a deterioração ambiental (Nilsson, 2003).

Diante disso, o conceito de inovação social aparece como uma premissa para a construção de um novo modelo de atendimento às demandas sociais com respeito à diversidade e à unidade humana, e que contribua para a promoção da igualdade na sociedade pós-moderna (Farfus & Rocha, 2007).

Reconhecendo tais características da inovação social é que esse trabalho parte do pressuposto de que as iniciativas de inovação social ajudam a compreender, ilustrar e materializar ações coletivas que buscam promover o desenvolvimento sustentável em nível local, de modo que ele será o resultado das inovações sociais geradas, implementadas e difundidas nas localidades, a partir das necessidades sociais específicas do contexto. Portanto, emerge a necessidade de se investigar as relações estabelecidas entre as iniciativas de inovação social como mecanismos de promoção do desenvolvimento sustentável.

Porém, é necessário ressaltar que as inovações sociais não são o fator exclusivo de promoção do desenvolvimento sustentável, mas o fortalecimento da participação da sociedade civil é considerado um elemento imprescindível neste processo sob a perspectiva de uma gestão democrática e participativa que, de fato, considere as necessidades das localidades onde as ações serão implementadas.

Mesmo entendendo a relação direta entre as ações de inovação social com o paradigma do desenvolvimento sustentável, há uma lacuna quanto à identificação da representatividade e da consistência de seus indicadores em mensurar a contribuição efetiva desses tipos de iniciativas no processo de promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar como iniciativas de inovação social (IS) promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE), em seus programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável (DS). Para tanto será utilizado o modelo de Mehmood e Parra (2013), que se propõe a mapear as conexões que buscam vincular as características fundamentais da inovação social (satisfação das necessidades humanas; mudança nas relações sociais; capacidade sociopolítica; e, governança) com as dimensões do desenvolvimento sustentável (vulnerabilidade social; sustentabilidade ambiental; viabilidade econômica). Metodologicamente, realizou-se um estudo de caso descritivo e exploratório, com realização de entrevistas semiestruturadas junto a gestores do programa supracitado.

Em termos estruturais o artigo está organizado em seis seções. Além desta introdução, é apresentado na seção dois a perspectiva teórica do desenvolvimento sustentável; na seção três, a inovação social e suas formas de abordagem, bem como o modelo de Mehmood e Parra (2013). Na quarta seção descreve-se o percurso metodológico adotado para a realização deste estudo. Na sequência, os resultados são apresentados com base na aplicação do modelo proposto, e ao final, são discutidas as considerações finais dos autores.

## 2 A TRAJETÓRIA DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paradigmas desenvolvimentistas relacionados à sustentabilidade romperam com a dicotomia entre o crescimento e desenvolvimento já apregoado por Sachs nos anos 80, apesar de que o crescimento econômico se apresenta ainda como um dos desafios centrais enfrentados pelas sociedades contemporâneas. No entanto, o crescimento econômico é um fator para a promoção do desenvolvimento, que busca agregar outros valores, além da dinâmica econômica para a estruturação de políticas de desenvolvimento (Veiga, 2005) as quais sejam capazes de promover o equilíbrio ambiental e a justiça social.

E é nesse sentido que o desenvolvimento rompe com as análises puramente econômicas e, demonstra aspectos qualitativos despertando a capacidade dos indivíduos a gerar esforços conjuntos e individuais para projetos sociais subjacentes adequados as necessidades dos mais necessitados (Furtado, 2004; Veiga, 2005), o que vai ao encontro da proposição de Sachs (1986) para o conceito de ecodesenvolvimento, cujo sistema é endógeno,

onde cada região fornece soluções específicas para seus problemas particulares, apresentando-se como uma reação às soluções generalistas e universais para as quais oferece oportunidades para as sociedades encontrarem suas próprias alternativas para suas demandas sociais.

Historicamente o paradigma do desenvolvimento sustentável vem se moldando aos debates internacionais e, aportando discussões que perpassam a reparação das desigualdades sociais existentes e melhoria das condições de vida das pessoas (Sachs, 2004) buscando articular os objetivos econômicos, sociais e ambientais da sociedade de forma equilibrada (WCED, 1987). Sua ideia tem sido construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de crescimento herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais.

Não existe uma única interpretação sobre o termo “desenvolvimento sustentável” (DS), visto que o referido é um conceito ainda em construção, constantemente revisado e aperfeiçoado (Soubbotina, 2004). Corroborando este entendimento, Van Bellen (2004) destaca que, apesar de ser um termo intensamente empregado, não existe consenso a seu respeito e, portanto, há significativa variedade conceitual nas discussões que envolvem. Contudo, de acordo com o World Wildlife Fund – WWF Brasil (2015), a definição mais aceita sobre DS consta no Relatório de Brundtland, proposto pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Citando a CMMAD (1991, p. 46), Barbieri *et al.* (2010) apontam que o “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. Para tanto, esse tipo de desenvolvimento busca articular e equilibrar objetivos de ordem ambiental, econômica e social (WCED, 1987).

Ademais, algumas críticas recaem sobre a sua ambiguidade e amplitude (Mitchell & Dorling, 2003; 1997; Veiga, 2005; O’Riordan, 1995), por ser entendida como opção deliberada de uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental no âmbito das organizações internacionais e dos governos nacionais (Veiga, 2005). No discurso sobre sustentabilidade é possível encontrar variações e contradições de acordo com interesses e posicionamentos, gerando dilemas quanto ao seu uso e significado.

Apesar deste “nevoeiro” que o emprego da expressão desenvolvimento sustentável indica, significa o início de um processo de tomada de consciência por parte das elites sobre a problemática ambiental e sobre a ideia de que não se deve perseguir apenas o desenvolvimento econômico, mas o desenvolvimento ecologicamente e socialmente sustentável (Veiga, 2005).

O que se convencionou e é unânime é que as definições de desenvolvimento sustentável abrangem a ideia dos três pilares interdependentes compreendendo que cada um dos objetivos dos sistemas é socialmente construído e dependente de escolhas a serem feitas em determinado período e em contextos específicos a partir dos interesses dos atores envolvidos (Elliott, 2006).

A dimensão social é entendida nos termos da construção de uma sociedade mais equitativa, no que se refere à distribuição de riquezas, por meio da busca pela erradicação da pobreza e redução das disparidades regionais; da promoção da saúde e proteção dos grupos socialmente vulneráveis; da educação como instrumento fundamental de mudança; da elaboração de políticas públicas de caráter social; e pelo respeito aos padrões culturais (Sachs, 1993; Krama, 2009).

Já a dimensão econômica, segundo Sepulveda *et al.* (2002), está relacionada com a capacidade produtiva e com o potencial econômico das regiões e das microrregiões, visualizados a partir de uma perspectiva multissetorial, que envolve as interfaces das atividades primárias com aquelas próprias do processamento e do comércio, e com outra que



corresponde ao uso base de recursos naturais. Em complemento, Sachs (1993) e Krama (2009) afirmam que para se alcançar equilíbrio na dimensão econômica é necessário valorizar os recursos naturais e emprega-los com eficiência e eficácia, o que pode ser feito a partir do incentivo do Estado na indução ao desenvolvimento, das mudanças nos padrões de produção e consumo, e do desenvolvimento local integrado.

A dimensão ambiental, por sua vez, implica na limitação dos recursos não renováveis e em um novo padrão de consumo e na utilização de tecnologias que otimizem a utilização dos recursos naturais, incluindo a manutenção da biodiversidade, a estabilidade atmosférica e outras funções do ecossistema, normalmente não classificadas como recursos econômicos (Harris, 2000).

As referidas dimensões abordam explicitamente mudanças que vão muito além de inovações técnicas, isto é, que exigem a necessidade de um plano multidimensional de ação que incide sobre inovações sociais necessárias às junções entre diferentes racionalidades com o objetivo de encontrar as melhores formas e alternativas para atender as necessidades sociais existentes (Howaldt & Schwarz, 2010).

As soluções para os problemas sociais e ecológicos não estão nas forças de mercado, mas nas inovações sociais que podem contribuir para a superação das crises provocadas pelo crescimento econômico (Sachs, 2008). Em outras palavras, a IS pode ser uma alternativa para responder às múltiplas crises ambientais, sociais e econômicas enfrentadas pelas sociedades em todo o mundo (Pisano, Lange & Berger, 2015). Nesse sentido, Fachinelli, D'arisbo e Maciel (2014, p. 276) ressaltam que a inovação social (IS) pode transformar a realidade “através de um processo coletivo de criação, aprendizagem e invenção que estabelece novas práticas sociais sustentáveis”.

Assim, paralelamente à amplitude e importância do tema desenvolvimento sustentável, a geração de inovações sociais, conforme Caron (2007), pode ser considerada essencial por desenvolver espaços locais e segmentos sociais marginalizados e inseri-los no processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

### **3 ROMPENDO COM PARADIGMAS ESTÁTICOS: A EMERGÊNCIA DA INOVAÇÃO SOCIAL**

Nos últimos dez anos, estudos sobre inovação social tem surgido em diferentes contextos, tornando o conceito amplo e complexo. Um pensamento socialmente inovador tem tomado muitas formas decorrentes do trabalho inspirador de certos indivíduos ou grupos de investigação sobre inovação social, apresentando assim, uma série de teorias e projetos que podem responder a soluções aos problemas sociais que enfrenta a nível local, nacional ou internacional.

Mesmo considerado um conceito ainda em construção (Pol & Ville, 2009), a década de 70 foi configurada como ponto inicial, a partir da definição trazida por Taylor (1970), para quem a inovação social pode resultar da busca de respostas às necessidades sociais, introduzindo novas formas de fazer as coisas. No mesmo período, Gabor (1970), contribuiu ao definir inovações sociais como instrumentos de luta por novos arranjos sociais.

No entanto, os limites dos processos de inovação social ainda não foram completamente definidos, apresentando-se em diversos contextos, deixando um espaço para contribuições teóricas e práticas (Cajaiba-Santana, 2013). Inovação social apresenta-se como uma solução eficaz, eficiente e sustentável para um problema social, gerando maior valor que as práticas existentes, e seus benefícios alcançando toda a sociedade (Phills Jr., Deigmeier & Miller, 2008).

O *CRISES* (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*) defendem que as inovações sociais promovem o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, sendo caracterizado por um processo de implementação que envolva a cooperação entre uma

variedade de atores e com o objetivo de se alcançar, a longo prazo, uma mudança social, podendo contribuir para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento (Cloutier, 2003).

Outra definição de inovação social pode ter foco nas novas ideias que funcionam para o cumprimento de objetivos sociais (Mulgan *et al.*, 2007). Com o propósito de focar na natureza social dos alvos das organizações participantes, define-se inovação social como atividades e serviços inovadores motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social, sejam elaborados e divulgados principalmente através de organizações cujos objetivos principais são o social (Mulgan *et al.*, 2007). De acordo com esse conceito, as inovações sociais são vistos como elementos híbridos que atendem a novas formas existentes, transferindo ideias e novos limites das relações, desfrutando conhecimento cada vez maior em estudos sobre inovação.

Procurando sintetizar de inovação social, *The Young Foundation* apresenta um conceito normativo e analítico na formação e análise de soluções para problemas de exclusão social e no desenvolvimento de novas estratégias de integração social (Gerometta; Häussermann; Longo, 2005) e que pode ser traduzido em três dimensões fundamentais (Moulaert *et al.*, 2005), a saber: a) satisfação das necessidades humanas não satisfeitas, ou porque “ainda não” ou porque “não mais” é percebida como importante pelo mercado ou pelo Estado (Dimensão conteúdo); b) alteração nas relações sociais, especialmente no que se diz respeito a governança, aumentando o nível de participação de todos, em especial, os grupos desfavorecidos da sociedade (Dimensão processo); c) aumento da capacidade sócio-política e acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos para satisfação das necessidades e participação dos indivíduos (Dimensão empoderamento). Moulaert (2013) complementa que a inovação social pode ser compreendida como a inovação nas relações sociais dentro de micro e macro esferas, com o objetivo de satisfazer ou não necessidades humanas em diferentes camadas da sociedade.

Mesmo não havendo um consenso sobre a definição de inovação social (Goldenberg *et al.*, 2009), há algo fundamental nessas definições é que a inovação social representa uma resposta a um claro problema ou necessidade social, representam um valor compartilhado, fruto de uma colaboração entre diversos atores, atividades interpessoais ou interações sociais para atender a um o mais objetivos comuns.

Diante disso, a inovação social carece de um conjunto comum de categorias analíticas, teorias e métodos que podem ser usadas para melhor entendimento do assunto. Assim, apresenta-se o quadro (Quadro 1) para proporcionar uma análise mais adequada para desenvolver uma compreensão sistemática do fenômeno da inovação social.

Quadro 1 – Constructos-chaves da inovação social

<b>Categorias analíticas</b>	<b>Explicação</b>
Mudança institucional	Mudanças nas estruturas normativas, culturais ou reguladoras. Institucionalização, organização e sistematização.
Novas ideias que trabalham para alcançar objetivos sociais	Atividades e serviços inovadores que são motivados para satisfazer uma necessidade social
Indivíduos, grupos ou organizações como promotoras da IS	A inovação social pode ocorrer em todos os setores da economia (com fins lucrativos, sem fins lucrativos e setores públicos)
Novas respostas aos problemas sociais	Através da implementação de novos processos de integração no mercado de trabalho, novas competências, novos postos de trabalho, novas formas de participação
Contribuições para o desenvolvimento local	Desenvolve estruturas de desenvolvimento comunitário para gera capacitação e autonomia

Fonte: Elaboração própria (2015)

A partir dos constructos chaves apresentados, percebe-se que a concepção de inovação social é ampla e multifacetada, específica em diferentes contextos, realizadas através de iniciativas *bottom-up*, e que geram impactos sociais para o desenvolvimento de determinadas localidades.

Dessa forma, as inovações sociais que alcançam uma área geográfica mais ampla podem ter maior impacto, e assim, contribuir para uma mudança social mais ampla. Isso leva a duas outras características das inovações sociais: escalabilidade e replicabilidade (Buckland & Murillo, 2013).

A intensificação de iniciativas de inovação social gera o debate sobre a importância de estabelecer exatamente quais elementos devem ser alargados (Mulgan, 2007), potencializando sua demanda efetiva e crescimento da capacidade, a exemplo da gestão compartilhada, governança e financiamento, que são elementos centrais para a escalabilidade. Para a replicabilidade, o baixo custo da inovação social se faz necessária, porque o resultado final é projetado para um público amplo e destina-se especificadamente a pessoas com baixos rendimentos.

Para a implementação de inovações sociais, existem três formas principais que são usadas para simular o seu desenvolvimento: atores externos que facilitam o desenvolvimento da inovação social (abordagem *top-down*); os atores locais que desenvolvem a inovação social (abordagem *bottom-up*); e os atores externos que facilitam uma capacidade institucional local a mobilizar seus recursos internos e desenvolver inovações sociais (iniciativas *top-down* que facilitam a atividade *bottom-up*); no entanto, a perspectiva *bottom-up* é mais eficiente quando implementadas em nível de comunidades, pela convivência diária com o problema social (Butkeviciene, 2009).

Dessa forma, pressupõe-se que um conjunto de inovações sociais devem ser adotadas pela sociedade civil através do desenvolvimento de habilidades específicas, que possibilitem o aproveitamento das potencialidades locais para a construção desse novo modelo de desenvolvimento. Assim, a sociedade civil tem um papel principal como agente das transformações sociais, política e econômicas, sendo incentivada a adotar medidas dentro de suas localidades que possam promover o desenvolvimento sustentável. Uma sociedade organizada socialmente fortalecem suas relações com outros agentes, a exemplo do governo, mercado e entidades sem fins lucrativos, geram relações de confiança e mantém os indivíduos unidos para promover ações coletivas.

A inovação social é estritamente ligada ao processo em que as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais tornam-se gradualmente mais conscientes dos seus espaços e influências como importantes agentes na elaboração, implementação e prestação do serviço e bem-estar público (Hulgardi & Ferrarini, 2010). No entanto, é possível afirmar que a sociedade civil é um setor que tem contribuído para o fortalecimento de iniciativas de inovação social. Relacionada a esse contexto, as inovações sociais emergem como fator de renovação dos serviços de bem-estar e na contribuição para a mudança social, estando relacionada às estruturas democráticas e participativas de governo (Hulgard & Ferrarini, 2010).

Dessa forma, inovações sociais passam a desempenhar um papel importante no contexto do desenvolvimento, buscando, através de suas iniciativas, oportunidades internas que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Logo, o desenvolvimento sustentável será o resultado das inovações sociais geradas, implementadas e difundidas nas localidades, a partir das necessidades sociais específicas do contexto com o objetivo de gerar ganhos ou respostas sociais. Assim, o processo de desenvolvimento sustentável pressupõe um conjunto de inovações sociais que devem ser adotadas pela sociedade civil através do desenvolvimento de habilidades específicas, que possibilitam o aproveitamento das potencialidades locais para a construção desse novo modelo de desenvolvimento.



### 3.1 Inovação Social para o Desenvolvimento Sustentável

A perspectiva da inovação social para o desenvolvimento sustentável pode ajudar a superar a desconexão entre crescimento econômico e bem-estar social (Mehmood & Parra, 2013). Conforme já abordado anteriormente, a inovação social se refere à forma como os indivíduos, grupos e comunidades se mobilizam para enfrentar os desafios causados pelas demandas da sociedade não atendidas e tem fortes conotações em termos de esforços sociais e institucionais para implementar os caminhos da sustentabilidade. Desta forma, as políticas e as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável podem ser potencializadas através da operacionalização de inovações sociais (Mehmood & Parra, 2013.).

Considera-se que o desenvolvimento de uma localidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas da sua população e oferecer oportunidades de melhoria na sua qualidade de vida. As inovações sociais são consideradas um fator de mudança com este propósito ao buscar oferecer uma estrutura baseada em oportunidades que considerem o atendimento daquelas necessidades e respeito aos valores humanos (Dearing, 2000).

Neste contexto, a inovação social possui três características fundamentais (Mehmood & Parra, 2013.), a saber: 1) a satisfação das necessidades humanas (tanto materiais e imateriais), incluindo as relacionadas com a melhoria da qualidade do ambiente, a inovação nas relações sociais, governança, empoderamento e justiça social – que reflete em um melhor índice de sustentabilidade; 2) relações sociais entre indivíduos e grupos em diferentes escalas espaciais, destacando questões locais e globais; 3) *empowerment*, com iniciativas a nível micro, trazendo mudanças positivas ao nível macro. Entre as características abordadas, a escala espacial tem um papel importante no surgimento e eficácia das ações socialmente inovadoras, especialmente em termos do nível de intervenção da localidade e que tem como propósito o desenvolvimento local sustentável.

Assim, para que um programa de inovação social cumpra seu papel no desenvolvimento sustentável, é necessário abordar três aspectos: i) deve existir o atendimento às especificidades locais, enquanto se busca simultaneamente a difusão e influência em larga escala; ii) ser uma inovação social apropriada para as situações existentes na busca de uma transformação social; iii) e trabalhar com soluções baseadas em projetos objetivos (de justiça social), que exigem uma mudança estrutural (Smith *et al.*, 2012).

A inovação social, portanto, direciona na necessidade de um foco mais explícito sobre a sustentabilidade, não só a durabilidade das atividades socialmente inovadoras, mas também no impacto sobre as relações sociais, patrimônio, cultura, economia e práticas equilíbrio ecológico. Neste sentido, as inovações sociais, por um lado ajudam a envolver os atores (individual, grupos, comunidades, instituições e governo) com seus objetivos, tais como a mudança climática e esgotamento dos recursos naturais; e por outro lado, reforçam a agenda do desenvolvimento sustentável (Mehmood & Parra, 2013) como um pacto geracional. A inovação social, portanto, pode ajudar a compreender melhor, ilustrar e materializar ações coletivas para promover o desenvolvimento sustentável.

A partir deste entendimento, Mehmood e Parra (2013) buscaram estabelecer as potenciais relações entre as principais características da inovação social (satisfação das necessidades; mudanças nas relações sociais; capacidade sócio-política; governança e instituições) com as três dimensões do desenvolvimento sustentável (vulnerabilidade social; viabilidade econômica; sustentabilidade ambiental). Estas relações são resumidas no Quadro 2.



Quadro 2 - Potencial relação entre inovação social e desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável	Vulnerabilidade social	Viabilidade econômica	Sustentabilidade ambiental
Inovação social			
Satisfação das necessidades	Satisfação básica das necessidades e desejos; ética	Mitigação das mudanças climáticas; produção e consumo sustentável	Biodiversidade; balanço entre as esferas tecnológicas, ecológicas e humanas
Mudanças nas relações sociais	Inclusão social e engajamento	Comunidades sustentáveis, empreendedorismo social	Transições sócio-ecológica
Capacidade socio-política	Cooperação; colaboração; movimentos sociais	Tomada de decisão participativa	Questões da efetividade tecno-otimista
Governança e instituições (sociais/culturais)	Identidade; empowerment; propósito; governança reflexiva	Gestão Adaptativa, iniciativas de microfinanças investimentos estratégicos	Regimes de governança flexível e adaptável

Fonte: Adaptado de Mehmood e Parra (2013)

A questão da vulnerabilidade social é tratada nas inovações sociais a partir da satisfação das necessidades básicas e desejos da população onde são implementadas com base em princípios éticos, o que pode ocorrer por meio de alternativas sustentáveis que sejam social e ambientalmente eficazes. Iniciativas socialmente inovadoras promovem mudanças nas relações sociais e asseguram o envolvimento das partes interessadas através de uma variedade de práticas inclusivas e que promovem o engajamento da comunidade local na busca por meios de satisfazer suas necessidades. Além disto, consideram-se que os movimentos de cidadania são elementos indutores de cooperações, promovendo o diálogo entre os diversos grupos com o propósito de buscar melhorias para as comunidades e potencializar as suas capacidades sócio-políticas. O conceito de governança inserido nestas potenciais relações fornece noções básicas para as diretrizes institucionais, sociais e culturais a que se referem as principais dimensões do desenvolvimento sustentável.

Quanto a viabilidade econômica, as inovações sociais buscam satisfazer as necessidades básicas por meio de incentivos as formas de produção e consumo de bens e serviços sustentáveis, além de economicamente viáveis. As iniciativas de empreendedorismo social podem ser uma fonte de economia, com base em sistemas locais de produção que beneficiam não apenas os indivíduos e grupos, mas a comunidade, a sociedade e o meio ambiente. A capacidade sócio-política é estimulada por meio da participação das comunidades no processo de tomada de decisão. Isto inclui o processo de capacitação e de aprendizagem, envolvendo comunidades locais e atores da sociedade civil, permitindo que tenham a oportunidade de identificar, criar e implementar mecanismos para suprir suas necessidades socioambientais, econômicas e culturais.

No que tange a sustentabilidade ambiental, a inovação social pode se esforçar para encontrar um equilíbrio entre o *habitat* natural e habitantes humanos para minimizar os impactos sobre a biodiversidade local. São previstas mudanças nas relações sociais com base em transições sócio-ecológicas. A governança e as relações institucionais são vistas como

facilitadores da ação social inovadora para o desenvolvimento sustentável e podem ajudar na construção de identidade, reflexividade e autonomia local (Mehmood & Parra, 2013).

Destarte, as potenciais relações das inovações sociais como iniciativas promotoras do desenvolvimento sustentável ocorrem quando aquelas são materializadas em treinamento e educação; mercado de trabalho, emprego e produção local, ligados a um objetivo de democratizar o desenvolvimento local, por meio da ativação de políticas públicas e atribuindo um papel significativo para as populações locais e os movimentos sociais (Maccallum *et al.*, 2009) em busca do atendimento às necessidades sociais fundamentais da comunidade local. O empoderamento da população local é o principal fator para que as ações de inovação social promovam o desenvolvimento sustentável.

É evidente que o escopo dos temas inovação social e desenvolvimento sustentável são relacionados, os temas envolvem as necessidades políticas, institucionais e sociais e as inovações necessárias para satisfazê-las. Se o desenvolvimento não é sustentável é o resultado de uma extensa crise institucional, sistemática e de gestão, então a transição para o desenvolvimento sustentável pode ocorrer com a inovação social e estruturas de governança que promovam a sustentabilidade (Howaldt & Schwarz, 2010).

O modelo apresentado por Mehmood e Parra (2013) oferece expressamente possibilidades de se analisar como iniciativas de inovação social se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável no que se refere a cada uma das suas três principais dimensões, que foi realizado neste estudo através de um estudo de caso. Os procedimentos metodológicos adotados são apresentados na sequência.

#### 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi analisar como as iniciativas de inovação social promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE), em seus programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável, através da aplicação do modelo de Mehmood e Parra (2013). Desta forma, definiu-se que a forma mais adequada para a condução desta pesquisa é o Estudo de Caso que é considerado o método mais apropriado para questões que envolvem o “como” e o “por que” (Yin, 2011).

Os métodos de procedimentos adotados foram o exploratório e descritivo. Exploratório por ter como finalidade proporcionar maiores informações sobre como as iniciativas de inovação social promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE), em seus programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável, facilitando a delimitação temática do estudo, uma vez que o tema ainda é pouco explorado. Descritivo, por exprimir características dos programas investigados, delimitando interligações entre os seus aspectos como inovações sociais e as categorias de análise do modelo de Mehmood e Parra (2013), definindo suas naturezas e implicações.

A unidade de análise deste estudo foi o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE) que é referência em desenvolvimento e implantação de experiências exitosas voltadas para a convivência com o Semiárido, tendo como base a Agroecologia. A sua atuação se baseia em três eixos: Convivência com o Semiárido, Acesso a Mercado, e Juventude Rural e Gênero. Os sujeitos investigados na pesquisa foram os representantes da Coordenação Executiva (E1), Assessoria de Comunicação (E2) e Assessoria Técnica do CECOR (E3 e E4), totalizando quatro membros entrevistados.

A coleta de dados da pesquisa contou com dados primários e secundários. As técnicas utilizadas na coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação não-participante. Nas entrevistas realizadas, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado elaborado a partir do modelo de Mehmood e Parra (2013). O conteúdo das entrevistas foi gravado com recursos de áudio, além de

anotações em caderneta. A análise documental ocorreu a partir de publicações e relatórios que constam informações sobre a organização investigada. Por fim, a observação não-participante ocorreu durante as visitas dos pesquisadores em campo para realização das entrevistas.

Devido à quantidade de informações obtidas, adotou-se como método de análise dos dados a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para identificar as conexões e categorias existentes nas transcrições das entrevistas realizadas e nos demais documentos analisados que possibilitassem relacionar as características fundamentais das inovações sociais investigadas (satisfação das necessidades humanas; mudança nas relações sociais; capacidade socio-política; e, governança) com as dimensões do desenvolvimento sustentável (vulnerabilidade social; sustentabilidade ambiental; viabilidade econômica), conforme se prevê no modelo de Mehmood e Parra (2013). Para atender ao critério de rigor científico exigidos para os estudos desta natureza, a análise dos dados seguiu as três etapas do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), a saber: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados e interpretações. Os resultados encontrados serão analisados em detalhe na próxima seção.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo teve como unidade de análise o CECOR (Centro de Educação Comunitária Rural) que é uma organização social que tem como objetivo incentivar e promover a construção e o fortalecimento de iniciativas de convivência com o semiárido, voltadas para melhorar a vida dos agricultores, tendo como base, a agroecologia. Alguns projetos do CECOR são desenvolvidos em parceria com a Articulação do Semiárido – ASA, a saber: O Programa um Milhão de Cisternas (P1MC) que se propõe a instalar um milhão de cisternas para retenção de água para o consumo humano no semiárido brasileiro e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) que prevê as cisternas de águas para produção de alimentos, possuindo uma meta quantitativa menor que o P1MC por ser de uma complexidade maior. Além desses programas, o CECOR desenvolve outras ações para convivência com o semiárido, considerando, como prioridade as questões referentes a segurança alimentar; oferece também intervenção voltada para as ações de acesso ao mercado, assim como o fortalecimento das organizações comunitárias; e um eixo voltado para o empoderamento político e econômico das mulheres e jovens das comunidades e os assentamentos da região (CECOR, 2015).

Para melhor entendimento de como as iniciativas de inovação social, promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE), em seus programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável, as subseções seguintes apresentam essas relações a partir do modelo proposto por Mehmood e Parra (2013).

### 5.1 Vulnerabilidade social

Na vulnerabilidade social, as necessidades sociais são caracterizadas pela ocorrência de secas prolongadas no semiárido brasileiro, colocando em risco o povoamento e as atividades econômicas no sertão nordestino. A busca por soluções para suprir tais necessidades sociais, fez com que acontece um processo de redemocratização, buscando-se alternativas para o desenvolvimento com o semiárido. Assim, algumas organizações da sociedade civil, dentre as quais se insere o CECOR, passaram a formular propostas e realizar projetos com base na ideia de que é possível e necessário conviver com o semiárido (Silva, 2007). Uma das principais iniciativas desenvolvidas envolvem novas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva para consumo humano e para produção de alimentos, as quais geraram novos referenciais para a convivência com a seca.



Neste contexto, ocorreu a formulação de uma ação pública para a região semiárida, que trabalha na perspectiva da formação e mobilização de agricultores para a convivência com o semiárido, a partir dos projetos (P1MC) e (P1+2), já citados anteriormente. Estes projetos não são pautados no combate aos efeitos da seca, mas, sobretudo, em impor um novo olhar sobre o semiárido, apresentando para a sociedade uma possibilidade de bem-estar mesmo diante das adversidades decorrentes da seca.

Assim, as cisternas construídas nos projetos são consideradas uma inovação social, não apenas pelo benefício específico da cisterna, mas por todo o processo de envolvimento do agricultor na implementação dos projetos. Um dos entrevistados enfatiza a importância dos projetos de cisternas, ao afirmar que “...tenho tido todo esse acompanhamento, e entendo que a cisterna em si é um meio...” (E3). A fala do representante da Coordenação Executiva entrevistado corrobora a natureza processual da implantação do projeto, o qual se propõe a promover uma transformação social decorrente da emancipação dos agricultores envolvidos que são capacitados para enfrentar os seus dilemas cotidianos no que tange a falta de água que assola o semiárido brasileiro:

“... O projeto não consiste de uma doação, mas a partir daquela tecnologia social que foi implementada se trabalha a agricultura familiar de forma geral, trabalha com a assistência técnica e o fortalecimento das organizações dos agricultores... na formação deles, para se entender que os agricultores não são agentes passivos, que não sabem de nada e que vão ser formados por nós... nós trabalhamos no campo da construção do conhecimento, então, eu costumo fazer reuniões com as famílias e dizer que a cisterna é um brinde, que é apenas um meio de trabalhar a construção do conhecimento junto com as comunidades rurais” (E1).

Os projetos P1MC e P1+2 não se constituem, portanto, em iniciativas de doação de cisternas, mas em um processo de mobilização das famílias, o que inclui a compreensão da realidade social, econômica, política e ambiental do contexto onde vivem, ou seja, o semiárido, bem como o seu envolvimento e fortalecimento enquanto sociedade civil para o enfrentamento dos problemas sociais que as afligem.

A implantação desses projetos promove mudanças nas relações sociais, a exemplo das experiências de formação dos agricultores e do intercâmbio de experiências bem sucedidas de manejo de água. Os agricultores que obtiveram êxitos nas suas ações em uma determinada comunidade, apresentam-nas em outras localidades para que haja um momento de troca de experiências e adaptações as suas realidades enquanto agricultores. Surgem assim, espaços para novos conhecimentos, para a valorização da cultura e do desenvolvimento comunitário local. Nesses espaços, os agricultores têm a oportunidade de conhecer novas realidades, trocar experiências e criar laços solidários entre eles. Assim, os projetos em questão são considerados um meio de trabalhar a construção do conhecimento junto com as comunidades rurais. O propósito é fortalecer a sociedade civil, através da articulação dos agricultores em forma de associações, ampliar a sua participação nas políticas municipais e diminuir do assistencialismo governamental.

Quanto à capacidade sociopolítica, as organizações da sociedade civil parceiras nos programas P1MC e P1+2 ganham força a partir do processo de redemocratização da política de convivência com o semiárido, assumindo um papel de difusão de uma nova concepção de desenvolvimento sustentável. O CECOR, ao atuar com o conceito de convivência com o semiárido, propõe-se a utilizar de práticas simples e acessíveis juntos com os agricultores locais, gerando a promoção da qualidade de vida das comunidades em que atuam e a inclusão social. Por isso, considera-se que as inovações sociais implementadas pela unidade de análise

desta pesquisa estão relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável, por considerarem a equidade social.

No que tange aos resultados alcançados a partir da implantação dos programas P1MC e P1+2, os entrevistados do CECOR concordam que houve empoderamento das comunidades envolvidas nas políticas de convivência com o semiárido. Isto resultou em um processo de desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e de novas práticas sociais que visavam torná-las mais independentes, a partir das melhores conduções de produção e garantia da segurança alimentar. Assim, observou-se que há um discurso institucionalizado no âmbito desses projetos os quais ecoam como alternativas para efetivação do desenvolvimento do semiárido como um todo e do desenvolvimento local de cada comunidade onde são implantados.

Dentro do enfoque da governança, os formuladores da proposta dos referidos projetos foram as diversas organizações da sociedade civil que atuam no semiárido brasileiro, as quais enfrentam o desafio de influenciar e disputar os processos de formulação de políticas públicas na região, sendo o CECOR uma destas organizações. A ASA – Articulação com o Semiárido foi criada com o objetivo de gerar um espaço de articulação política da sociedade civil organizada, tendo como princípios a contribuição para implementação de ações integradas para o semiárido, através da conservação, do uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais, a quebra do monopólio do acesso à terra e apoia a difusão de tecnologias apropriadas que contribuam para a convivência com a seca (Silva, 2007). De acordo com o E2, a ASA é uma rede que não tem personalidade jurídica, trata-se de uma iniciativa que nasceu a partir da trajetória histórica das entidades que a compõem.

Assim, considera-se que os projetos P1MC e P1+2 são resultados da ação e articulação entre as organizações da sociedade civil, legitimadas pela atuação da ASA, ao exigirem a formulação de políticas públicas e implantação de ações direcionadas ao atendimento das necessidades emergenciais provocadas pela seca. Impõe, portanto, a implementação de ações estratégicas focadas no desenvolvimento da região que sejam de caráter permanente, o que requer uma maior participação dos agricultores nas políticas municipais e provoca diminuição do assistencialismo governamental. Isto contribui para diminuição da vulnerabilidade social em nível local.

## 5.2 Viabilidade econômica

Quanto a viabilidade econômica, deve-se enfatizar o processo social do homem do campo, refletindo sobre o estado de miséria, da apropriação desigual do espaço, bem como da concentração de renda nas classes dominantes. Assim, a história do semiárido brasileiro é movida pela reprodução das desigualdades. Carvalho (1988) argumenta que os efeitos negativos, de natureza econômica e social atribuídos à seca, não são problemas oriundos exclusivamente desse fenômeno, mas, principalmente, por causa da fragilidade de sua estrutura econômica, politicamente “funcional” à estrutura de poder dominante.

A criação das redes de cooperação, a exemplo da ASA – Articulação com o semiárido, “faz com que se tenha um novo olhar para a realidade do semiárido, saindo da perspectiva de a região é um lugar difícil, onde as pessoas precisam migrar porque não tem condições de sobreviver, e apresentando um semiárido com inúmeras possibilidades, de uma riqueza cultural em que o povo agora resiste, experimentando novas formas de convivência com a região” (E1).

O programa P1+2 tem como objetivo armazenar água da chuva para produção de alimentos e garantir a segurança alimentar das famílias agricultoras, fazendo com que as famílias atuem, de forma mais efetiva, na esfera da produção agrícola. A iniciativa investigada proporciona melhoria significativa na renda familiar, através da venda dos

produtos cultivados e possibilita sua participação em representações sociais e em feiras agroecológicas, eliminando o papel do atravessador no processo de comercialização.

Segundo o coordenador técnico, a CECOR trabalha com apoio às feiras, orientando os agricultores na questão da formação e produção dos alimentos em relação a sua comercialização.

“... nós trabalhamos no campo da comercialização, de como inserir essas famílias que estão produzindo e como elas podem comercializar seus produtos nas feiras agroecológicas, trabalhamos também com o apoio à agricultura, junto com a associação de agricultores da região, e nós prestamos assistência técnica ao pessoal, contribuimos nos processos de negociação e comercialização” (E3).

As feiras agroecológicas geram maior agregação de valor a produção local, permitindo incrementos expressivos no nível de emprego e renda. “Ela é pensada no âmbito dos quintais produtivos, que tem como objetivo maior, a melhoria da qualidade alimentar e nutricional, e quando ocorre o excesso, se trabalha a comercialização” (E2). Dessa forma, os quintais produtivos passaram a ser concebidos como um caminho da redenção regional, com a forma mais eficiente de aproveitamento máximo das vantagens da potencialidade local (Silva, 2007).

Como consequência, acontecem as mudanças nas relações sociais, através do estabelecimento de alternativas de reconfiguração da produção dos agricultores de acordo com a sua realidade, da produção de conhecimentos relativos a uma nova perspectiva agroecológica, e do aproveitamento das potencialidades que o semiárido oferece.

Uma estratégia para fortalecer a capacidade sócio-política, segundo os entrevistados, são os fundos rotativos solidários, orientados pelo interesse de sobrevivência econômica da comunidade, baseados em laços de reciprocidade que fortalece a sociedade civil no que se refere a sua organização produtiva e inserção a economia mercantil. Os fundos rotativos solidários baseiam-se na cooperação entre os atores envolvidos, a partir de laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles (Duque & Oliveira, 2007). Dessa forma, “os recursos circulam na comunidade, obedecendo sempre a lógica da reciprocidade, que levam os agricultores a compartilharem seus recursos” (E2).

Os fundos rotativos solidários são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades que praticam a auto-gestão desses fundos, formando uma poupança, cuja a própria comunidade decide, em conjunto, quais investimentos serão realizados (Gonçalves, 2010).

Assim, a governança tem foco no processo de modernização econômica, constituindo um novo modelo produtivo (Silva, 2007), pautada na autonomia, correspondendo ao fortalecimento da capacidade de articulação dos atores envolvidos, estimulando a construção do saber local, promovendo a solidariedade e a reciprocidade. A viabilidade econômica consolida-se com a promoção do desenvolvimento local e solidário, destacando a importância da agricultura familiar e sua produção de alimentos para a sociedade.

### 5.3 Sustentabilidade ambiental

A questão ambiental não é considerada apenas uma questão ecológica, mas uma variável interdependente das dimensões econômicas e sociais que refletem uma aproximação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e que envolvem a discussão sobre a necessidade de se promover um manejo sustentável da base de recursos naturais (França & Oliveira, 1999).

Neste contexto, as ações desenvolvidas pelo CECOR, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, buscam respeitar o meio ambiente, considerando às especificidades de cada região. De acordo com o coordenador técnico entrevistado, o CECOR atua com o suporte técnico e o operacional dos projetos P1Mc e P1+2, ao acompanhar as



construções das cisternas nas comunidades. Além disto, o centro oferece programas de capacitação para que os beneficiários possam saber fazer uso eficiente das águas, tanto para consumo humano, como para plantio. Busca-se a ressignificação dos elementos tradicionais que compõem a paisagem do semiárido, a exemplo da algaroba e palma, da dessedentação de animais de pequeno porte e do cultivo da agricultura de subsistência. Desse modo, os técnicos tem a função de apoiar a capacitação dos produtores quanto à promoção do aumento da produtividade dos animais, do suporte forrageiro, além de melhorar o padrão das propriedades e cuidados com a ordenha (Gomes, 2010).

Uma das dificuldades encontradas no processo de capacitação dos agricultores beneficiários para a proteção ambiental é a resistência deles para adoção de novos métodos de trabalho e produção, como cita o coordenador técnico do CECOR que foi entrevistado: “Teve um técnico que quis ensinar como se trabalha com manejo de caatinga para a produção de lenha, e ele insistindo em convencer o agricultor a usar desse sistema, ai o agricultor respondeu: olhe... na minha roça você não venha com esse negócio de manejo não...” (E4). Entretanto, deve-se ressaltar que as capacitações e as experiências de campo servem, principalmente, para orientar o manejo sustentável, estimular os agricultores a respeitar sua realidade, mas também aperfeiçoá-la, identificando os elementos do local e fazendo perceber a importância de se adotar as práticas de proteção ambiental. Segundo o mesmo entrevistado: “... se uma família faz uma prática de proteção ambiental é o primeiro sinal que aquela família está percebendo que podem ser protagonista dentro do seu espaço rural” (E4).

Durante a realização das entrevistas verificou-se a disseminação do discurso de que o semiárido não é fruto apenas de desastres, mas que com a implementação das tecnologias sociais apropriadas pode-se alcançar uma mudança na qualidade de vida das comunidades beneficiadas, o que depende do comprometimento delas com a assimilação dos conhecimentos compartilhados. Dentro dos espaços de convivência entre os agricultores, sempre é colocado pontos de reflexão sobre o quanto se tem produzido a mais, como enfatiza um dos entrevistados: “sempre fazemos uma reflexão sobre o que foi plantado, quantos sacos de milho eles tiravam antes, e hoje? Por que isso aconteceu? E ai o pessoal vai assimilando, vendo a importância de se preservar seu solo”(E1). Este mesmo entrevistado enfatizou que as políticas de convivência com o semiárido estão pautadas no respeito à diversidade cultural e a proteção ambiental, em função da promoção de uma agricultura sustentável e uma produção agroecológica que se posiciona em confronto a produção com agrotóxico, com veneno ou decorrentes de outras práticas inadequadas. Neste contexto, as ações desenvolvidas pelos projetos analisados buscam melhorar a qualidade alimentar das comunidades beneficiadas e despertar seus interesses para práticas ambientais sustentáveis, através da produção de sementes limpas (sem agrotóxicos) e da preocupação com o uso e a proteção do solo.

Nos aspectos referentes à governança inserida nas discussões sobre a sustentabilidade ambiental, percebe-se que a aproximação entre comunidades, poder público e as organizações da sociedade civil, decorrente da implantação dos projetos em análise, permitem a garantia de condições mínimas de vida às famílias das comunidades rurais do semiárido que foram beneficiadas, respeitando as especificidades do seu entorno e buscando aproveitar as potencialidades locais, ao mesmo tempo em que se busca promover a proteção ambiental.

Dessa forma, as ações implementadas pelo CECOR e que envolvem os projetos P1MC e P1+2 se correlacionam com o paradigma do desenvolvimento sustentável, a partir do momento em que ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no semiárido, sendo possível o convívio com a seca, com o fortalecimento do incentivo às atividades econômicas apropriadas, e da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de analisar como iniciativas de inovação social (IS) promovidas pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR – PE), em seus programas de Cisternas (P1MC e P1+2), se relacionam com a promoção do desenvolvimento sustentável (DS). Para tanto foi utilizado o modelo de Mehmood e Parra (2013), que se propõe a mapear as conexões que buscam vincular as características fundamentais da inovação social com as dimensões do desenvolvimento sustentável.

O CECOR é uma organização social que tem apoiado a implementação e execução dos projetos sociais, com foco no interesse em oferecer melhor qualidade de vida aos agricultores do semiárido pernambucano, viabilizando a convivência daquela região com os problemas da seca e a inserção de tecnologias sociais como políticas públicas. Nesse sentido, na análise das inovações sociais que envolvem os projetos P1MC e P1+2 desenvolvidos pelo centro, foram observadas as três dimensões do desenvolvimento sustentável apresentado no modelo: vulnerabilidade social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental.

Na vulnerabilidade social, as necessidades sociais são caracterizadas pela implementação das cisternas, o que satisfaz as necessidades de água para o consumo humano e o plantio, além de ampliar o fortalecimento da sociedade civil, através da articulação dos agricultores em forma de associações, com maior participação nas políticas municipais e à diminuição do assistencialismo governamental. Cada região deve fornecer soluções específicas para seus problemas particulares, apresentando-se como uma reação às soluções generalistas e universais para as quais oferece oportunidades para as sociedades encontrarem suas próprias alternativas para suas demandas sociais (Sachs, 1986).

Quanto à viabilidade econômica, a iniciativa investigada proporciona melhoria significativa na renda familiar, através da venda dos produtos cultivados e possibilita sua participação em representações sociais e em feiras agroecológicas, eliminando o papel do atravessador no processo de comercialização. A prioridade se encontra na geração de trabalho e renda através das alternativas de produção apropriadas às condições climáticas do semiárido. Além de sustentáveis, as iniciativas de produção devem ser inclusivas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção.

No que tange a dimensão de sustentabilidade ambiental, os resultados demonstraram que o foco das iniciativas de inovação social analisadas é melhorar a qualidade alimentar dos agricultores beneficiados, ao mesmo tempo em que desperta seus interesses para práticas de produção sustentáveis, o que inclui o plantio de sementes limpas (sem agrotóxicos) e da preocupação com uso e proteção do solo.

A partir das análises desenvolvidas neste trabalho foi possível constatar as relações estabelecidas entre as ações desenvolvidas nos projetos P1Mc e P1+2, como iniciativas de inovação social, e as dimensões do desenvolvimento sustentável. Pode-se afirmar que as mudanças substanciais nas concepções sobre a realidade e nas proposições para o DS do semiárido expressam modificações profundas nas formas de conceber e explicar a realidade e construir perspectivas futuras (Silva, 2007). Trata-se de uma transição paradigmática do modelo economicista para o modelo do desenvolvimento sustentável, no qual as intervenções e mudanças ocorrem em nível local, a partir do engajamento e emancipação dos atores sociais, e que tem como meio de promoção a inovação social. Desse modo, a convivência com o semiárido, a partir de iniciativas sociais como os projetos P1MC e P1+2, expressa uma nova perspectiva do desenvolvimento sustentável, que possibilita a satisfação das necessidades fundamentais, como o acesso a água, no desenvolvimento de capacidades humanas, na distribuição de renda e no uso eficiente do solo.

Dessa forma, conclui-se que as características fundamentais das iniciativas de inovação social desenvolvidas pelo CECOR possuem relações mais consolidadas nas dimensões sociais e econômicas do que a dimensão ambiental no escopo do desenvolvimento

sustentável. Além disto, foram identificados aspectos que se apresentam de forma mais positiva nesta relação e alguns desafios a serem enfrentados. Sugere-se, portanto, a aplicação do modelo teórico proposto em outros tipos de inovação social para que possam corroborar ou desafiar os resultados obtidos.

## Referências

Agenda 21. (1997). *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Sub-Secretaria de Edições Técnicas.

Barbieri, J. C., de Vasconcelos, I. F. G., Andreassi, T., & de Vasconcelos, F. C. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 50(2), 146-154.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brundtland Commission, & Brundtland Commission. (1987). *Our common future*.

Buckland, H., & Murillo, D. (2013). Antena de la innovación social. *Vías hacia el cambio sistémico. Ejemplos y variables para la innovación social*. Barcelona: Instituto de Innovación Social, ESADE, Universidad Ramón Llull.

Butkevičienė, E. (2009). Social innovations in rural communities: methodological framework and empirical evidence. *Social Sciences*, 63.

Cajaiba-Santana, G. (2012). Social innovation: Moving the field forward. *A conceptual framework*.

Caron, A. (2007). 4. Inovação Social e o papel da Indústria. *FIEP-Federação das Indústrias do Estado do Paraná*, 9.

Carvalho, O. D. (1988). A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. *Rio de Janeiro: Campus*.

Clark, G. (2007). Evolution of the global sustainable consumption and production policy and the United Nations Environment Programme's (UNEP) supporting activities. *Journal of cleaner production*, 15(6), 492-498.

Cloutier, J., & CRISES. (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale?*. Crises.

Comum, N. F. (1991). Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2ª Edição. *Rio de Janeiro: Editora da FGV*.

Dearing, A. (2000). Sustainable innovation: Drivers and barriers. *Innovation and the Environment. OECD: Paris*, 103-125.

Diogo, V. (2010). Dinâmicas de inovação social e suas implicações no desenvolvimento espacial: três iniciativas do terceiro sector no Norte de Portugal.

Duque, G., & Oliveira, M. (2007). Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. In *V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas, Bruxelas, Bélgica, de (Vol. 11)*.

Elliott, J. (2012). *An introduction to sustainable development*. Routledge.

Fachinelli, A. C., D'arisbo, A., & de Melo Maciel, E. (2014). A importância da inovação social e da economia criativa como indutores para o desenvolvimento sustentável. *International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM)*, 3(5), 276-293.

Falcão, M. C., & Gómez, C. R. P. (2012). Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. *Turismo-Visão e Ação*, 14(3), 304-321.



Farfus, D., Rocha, M. D. S. (2007). Inovação Social: um conceito em construção. FARFUS, D.; ROCHA, MCS *Inovações sociais*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS.

Foladori, G. (2002). Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista paranaense de desenvolvimento*, (102), 103-113.

França, F. M. C.; Oliveira, J. D. L. de. (1999). As estratégias do Banco do Nordeste para o desenvolvimento sustentável do Semi-árido regional. In: Simpósio Brasileiro sobre Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável do semiárido, Mossoró. *Anais...* Mossoró: UERN.

Furtado, C. (2004). Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, 24(4), 96.

Gerometta, J., Haussermann, H., & Longo, G. (2005). Social innovation and civil society in urban governance: strategies for an inclusive city. *Urban Studies*, 42(11), 2007-2021.

Goldenberg, M., Kamoji, W. O., & Orton, L. (2012). L. & Williamson, M. (2009). *Social innovation in Canada: An update*. Canadian Policy Research Network. Retrieved December, 13.

Gomes, R. A., & Meneses, V. F. (2010). As políticas públicas de incentivo a (re) pecuarização no semiárido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. In *VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU)*, Porto de Galinhas-PE.

Gonçalves, A. F. (2010). A história dos fundos rotativos solidários no Estado da Paraíba: A construção político-institucional de uma política pública. *Gestão Pública: Práticas e Desafios* ISSN 2177-1243, 1(1).

Harris, J. M. (2000). *Basic principles of sustainable development*. Medford, MA: Tufts University.

Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*. K. Henning, & F. Hees (Eds.). IMA/ZLW.

Hulgård, L., & Ferrarini, A. V. (2010). Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. *Ciências sociais unisinos*, 46(3), 256-263.

Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de pesquisa*, 118(3), 189-205.

Robert, K. W., Parris, T. M., & Leiserowitz, A. A. (2005). What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: science and policy for sustainable development*, 47(3), 8-21.

Koroneos, C. J., & Rokos, D. (2012). Sustainable and integrated development—A critical analysis. *Sustainability*, 4(1), 141-153.

Krama, M. R. (2009). *Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade* (Doctoral dissertation, Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

MacCallum, D. (Ed.). (2009). *Social innovation and territorial development*. Ashgate Publishing, Ltd..

Mehmood, A., & Parra, C. (2013). Social innovation in an unsustainable world. *International Handbook on Social Innovation. Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*.

Mitchell, G., & Dorling, D. (2003). An environmental justice analysis of British air quality. *Environment and planning A*, 35(5), 909-929.

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban studies*, 42(11), 1969-1990.

Moulaert, F. (Ed.). (2013). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Edward Elgar Publishing.

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated.

Nilsson, W. O. (2003). Social innovation: An exploration of the literature. *Bibliography prepared for the McGill Dupont Social Innovation Initiative*. McGill University.

O'Riordan, T. (2014). *Environmental science for environmental management*. Routledge.

Oliveira, L. D. D. (2007). A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental. *COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, CEMARX*, 5.

Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34-43.

Pisano, U.; Lange, L.; Berger, G. (2015). An overview of the concept of social innovation in the context of European initiatives and practices. *European Sustainable Development Network - ESDN Quarterly Report N°36*.

Pol, E., & Ville, S. (2009). Social innovation: Buzz word or enduring term?. *The Journal of Socio-Economics*, 38(6), 878-885.

Sachs, I. (1986). Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. In *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Vértice.

Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 29-56.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Editora Garamond.

Sachs, J. (2008). *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Nova Fronteira.

Schwaab, R. T. (2010). A sustentabilidade na pauta: apontamentos para a leitura deste discurso. *Conexão-Comunicação e Cultura*, 7(13).

Sepúlveda, S., Chavarría, H., Castro, A., Rojas, P., Picado, E., & Bolaños, D. (2002). *Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible en espacios territoriales*. IICA, San José (Cosa Rica)..

Silva, R. M. A. D. (2007). Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 38(3), 466-485.

Silva, C. A. P. (2009). Sustentabilidade e Transição paradigmática. *Brasília: UNB, s/ap*, 21.

Smith, A., Around, E., Fessoli, M., Thomas, H., & Abrol, D. (2012). Grassroots innovations for sustainable development: Some enduring dilemmas. *STEPS Centre and SPRU*.

Soubbotina, T. P. (2004). *Beyond economic growth: An introduction to sustainable development*. World Bank Publications.

Van Bellen, H. M. (2004). Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 67-88.

da Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Editora Garamond.

World Wildlife Fund – WWF Brasil (2015). *O que é desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/) > Acesso em: junho de 2015.

Yin, R. K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. Guilford Press.